

ALGUÉM QUER IMPRIMIR ROMANCES? CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PEDIDOS DE PUBLICAÇÃO FEITOS À IMPRESSÃO RÉGIA DE LISBOA

Simone Cristina Mendonça de SOUZA¹

ABSTRACT: In the beginning of nineteenth century, several editors printed novels in Lisbon, by an order from a bookseller, an author, a translator or anybody interested in publish them. Between 1777 and 1822, the Imprensa Régia de Lisboa also printed about 80 novels. In this paper, we try to understand the processes of printing and commercialising these novels, edited by an official publishing house, in Portugal and in Brazil, since some of these novels were imported and announced by booksellers that lived in Rio de Janeiro.

A Imprensa Régia de Lisboa foi fundada em 1768, seguindo uma tendência de importantes avanços na produção editorial portuguesa, tais como a abertura da oficina de gravura de João Villeneuve, em 1732, e a assinatura do decreto de autorização de admissão de tipo e material gráfico livre de direitos (cf. Araújo & Mendes, 1914). Fundada sob as ordens do rei D. José, a Imprensa Régia de Lisboa fazia parte de um contexto reformista, em que também foram criados o Erário Régio (1760), a Junta do Comércio (1756), a Real Mesa Censória (1768) e a Junta de Providência Literária (1772). Mais que imprimir, a Imprensa Régia teria as funções de apoio às instituições de ensino, como o Real Colégio dos Nobres e a Universidade de Coimbra, e de se constituir como uma escola de artes gráficas.

O Alvará de fundação, datado de 24 de Dezembro de 1768, aponta para um trabalho de planejamento cuidadoso, não só em relação à abertura, mas à longevidade de funcionamento prevista para a casa impressora real. A qualidade dos impressos, a administração minuciosa, a alta produção editorial e a continuidade da atividade tipográfica, por meio do ensino das artes a ela relacionadas, se encontravam nas ordens do documento, que, logo em suas primeiras linhas, determinava que a Imprensa Régia pudesse se fazer “útil; e respeitável pela perfeição dos caracteres, e pela abundância, espero [o rei] de suas impressões”².

O pleno funcionamento da casa estaria garantido pela obrigatoriedade de lá se imprimirem todas as obras da Universidade de Coimbra e do Real Colégio dos Nobres; pelo monopólio da impressão de cartas de jogar, cuja venda e a feitura eram vedadas às

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista Fapesp, processo n.º. 04/09315-5 e CAPES, processo n.º. BEX – 1260/05-7. E-mail: simonems@hotmail.com

2 Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Economica, Administrativa e Literaria da Imprensa Régia*. Livro 325. Alvará de 24 de Dezembro de 1768. f. 2. [Para todas as transcrições de documentos, citações de escritos mais antigos e cópias de anúncios de periódicos, serão respeitadas a ortografia e a pontuação constantes nas fontes primárias.]

outras tipografias e, ainda, pela permissão de impressão de manuscritos enviados por terceiros. Os particulares que desejassem dar ao prelo os seus escritos deveriam pagar preços justos e moderados “pois que o fim deste estabelecimento he[ra] o de animar as Letras e levantar uma Imprefsaõ util ao público pelas producções, e digna da Capital destes Reinos”³.

As demais publicações, não obrigatórias, não decorrentes ordens régias ou não relativas à máquina administrativa, eram, então, feitas a pedido de terceiros: livreiros, editores, tradutores, autores, entre outros, que pagavam à casa os valores correspondentes. Neste ensaio, serão tratadas apenas as impressões de livros em prosa de ficção (romances, contos, novelas, etc.).

No intervalo entre o final do século XVIII e o início do século XIX, os livros em prosa de ficção começavam a conquistar um espaço de divulgação em Língua Portuguesa. No periódico *Gazeta de Lisboa*, por exemplo, foram anunciados, entre 1780 e 1784, 4 títulos, com destaque para “*Escolha das melhores novellas, e Contos Moraes: efcritos em Francez por Mrs. D'Arnaud, Marmontel, Madame Gomes, e outros: e traduzidos em Portugues, obra util para os que defejão recrear-fe, e infruir-fe á hum tempo.*” (29/06/1784) e “*Aventuras de Telemaco, traduzidas pelo Bacharel Jofé Manoel Rodrigues Pereira, Traductor das Noites de Young: nova edição correcta, emendada, e ornada d'huma eftampa fina*” (24/12/1784).

A Impressão Régia de Lisboa colaborou para o aumento do número desses livros em circulação no século XVIII, publicando, em 1777, as *Aventuras de Diófanes*, de Teresa Margarida da Silva Horta; em 1780, *O feliz independente do mundo e da fortuna*, de Teodoro de Almeida e, em 1799, a tradução *História de Gil Braz de Santilhana*, feita por Luís Caetano de Campos (Cf. Canavaro, 1975: 73-244).

Aventuras e histórias diversas, desde as impressas em folhetos até as que ocupavam vários tomos, continuaram a ser editadas na casa impressora real no século XIX, como revelam os livros de *Registo de Obras*⁴. Como são relativos à contabilidade da casa, esses livros informam também outros dados importantes para a compreensão das impressões de romances, uma vez que neles foram registrados todos os pedidos de publicação de manuscritos, com lançamentos relativos aos valores do papel utilizado, à qualidade dos mesmos, aos gastos com as eventuais estampas e com as edições. Em alguns casos, o solicitante da impressão foi informado, como devedor do montante calculado e, em alguns registros, há até mesmo a indicação de que o solicitante “deo o papel”.

Para fins de ilustração, tomemos um caso anotado em 1800: João Jacob de Mestral solicitou a impressão da *Historia de Anycio, e Lucine*, em 500 cópias. O custo da impressão foi detalhado da seguinte forma: “3 folhas a 2200 rs. - 6\$600”, mais o valor estipulado “Por 3 resmas e 10 ms. de florete m. meios a 1700 rs - 6\$100” e, como o solicitante “Mandou o papel de Hollanda. Lice. 960. Livr. 60. Capillas 600 rs. de 5.”, o

3 idem.

4 Tomarei como principal fonte de dados sobre as publicações da Impressão Régia de Lisboa as anotações dos livros de *Registo de Obras Impressas*. Esses livros ainda estão conservados no Arquivo da Imprensa Nacional Casa da Moeda de Lisboa, no prédio da Casa da Moeda, onde a entrada é restrita. Agradeço à Dra. Margarida Ortigão Ramos por me permitir consultar os Livros de Registo de Obras da antiga Impressão Régia.

total foi calculado em 12\$700, que “Entrarão pela Folha deste mez [março]”. O livro ainda contou com uma “emenda” orçada em 1\$800 réis, solicitada no mesmo mês⁵. Já a edição e mais duas mil cópias de *Gil Braz de Santilana*, no ano de 1801, custaram mais caro. Solicitadas pela viúva Bertrand e filho, livreiros na altura, renderam para a Impressão Régia 78\$400⁶.

O custo da impressão desses títulos variava conforme a extensão de seus textos e o número de exemplares solicitados. Em 1805, por exemplo, Joaquim Maria Coelho pagou 3\$600 réis para imprimir 500 cópias “huma novella”, que, tendo em vista que foi impressa em apenas “2 folhas”, acreditamos ser uma publicação de curta extensão. As aventuras de *João de Callais*, que também são contadas em poucas páginas, mereceram a representativa edição de 2.000 exemplares e tiveram sua impressão orçada em 17\$800, paga por Vicente Joaquim, que “deo o papel”. José Francisco Carneiro, por sua vez, pagou 20\$900 por apenas 300 exemplares da história de *Laura e Nicella* mesmo tendo entregado o papel necessário para a feitura dessa narrativa, que ocupava “9 folhas e meia”.

Acerca dos solicitantes, podemos dizer que a maioria é formada por livreiros estabelecidos em Lisboa: 53 pedidos foram feitos por solicitantes assim identificados. Desse número, 27 foram feitos sob responsabilidade de João Nunes Esteves, enquanto que Joaquim Manoel Lopes do Nascimento e sua viúva, ocupam o segundo lugar entre os comerciantes que mais requisitaram romances junto à Impressão Régia de Lisboa, somando 7 registros em seus nomes. João Henriques aparece em 5 solicitações, e Francisco Xavier de Carvalho e Pedro Bonnardel são citados em 2.

No entanto, não foram somente os livreiros que pagaram pela impressão de romances, pois há casos como o de Theodoro José Biancardi, autor e responsável pela impressão de *Cartas Americanas*, em 1809, e o de José Pedro de Souza Azevedo, tradutor de *Historia de dois amantes, ou o Templo de Jatab* (Silva, 1859, vol. XIII: 374), cujo nome consta no pedido de publicação do mesmo, em 1807. Constam, ainda, nomes que supostamente não teriam relação com a impressão de livros do gênero, como José Vicente “compositor da Cafa” e Major Luiz Jozé Lobo, este último para dois romances: *Novella Celestina*, em 1815, e *Novella O avarento*, em 1816. Roberto Jozé e Manoel Dias dos Santos, cujas ocupações não sabemos, têm seus nomes escritos nos *Registos de Obras* por 2 e 3 vezes, respectivamente.

Além disso, há duas solicitações feitas por uma mulher, D. Lenor Correia de Sá, que custeou a impressão de *Arcamband e Batilde*, em 1817, e de *Os votos temerários*, em 1819. Até o momento, não identificamos quem poderia ser D. Leonor, não citada em anúncios relativos ao comércio de livros, por exemplo, mas desperta interesse o registro de uma solicitação feminina para impressão desses títulos. Seria Leonor Correia de Sá, com seu nome precedido de “D[ona]”, uma autora, ou, quem sabe, um pseudônimo de um autor?

Exceção feita aos livreiros, pouco sabemos informar sobre os nomes constantes

5 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º6 (1797-1803). Fundo 028 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade. f. 94-5.

6 Portugal. Imprensa Nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*, liv.º6 (1797-1803). Fundo 028 IN, Seção 2.2.13.1, Livro 481, Série contabilidade. f. 94-5. f. 136.

como solicitantes das impressões, mas foi possível verificar, por exemplo, alguns dados sobre Elias Antonio da Fonseca, que tem seu nome em quatro registros. Segundo Innocencio Francisco da Silva, trata-se de um mestre de primeiras letras, que utilizava o pseudônimo “Eliano Aonio” em suas composições, dentre as quais destaca *Versos de Eliano Aonio* (1806) e as “novellas” *Dorothea* (1816) e *Jaquelina* (1817), publicadas pela Impressão Régia. A opinião do autor sobre Elias Antonio da Fonseca, contudo, não é das melhores:

O seu merecimento, considerado litteralmente, é inferior à mediocridade. Estou bem persuadido de que o auctor jámais aspirou a outra gloria, que não fosse a de tirar d'estas producções alguns minguados recursos, para tornar menos pesado o encargo da familia, a quem tinha de supprir. (Silva, 1859, vol. II: 225)

No total, até 1800, 03 romances foram publicados nessa casa impressora e, entre 1800 e 1822, outros 71 títulos em prosa de ficção foram dados ao prelo pela mesma, além de outros 10 que alcançaram re-edição. O romance *Acasos da Fortuna*, por exemplo, teve sua impressão solicitada por três vezes nos anos de 1813, 1816 e 1820, pelo livreiro João Nunes Esteves, que também arcou com os custos de impressão e re-impressão de *Heroísmo do amor*, em 1816 e 1817; *Historia da donzella Theodora*, em 1814 e 1816; e *Hitória de Carlos Magno*, em 1816 e 1820.

Alguns casos chamam a atenção por terem sido registrados diferentes nomes de solicitantes para um mesmo título. Isso ocorre com *Celestina*, por exemplo, que foi impressa em três anos, sob responsabilidade do Major Luiz Jozé Lobo, em 1815, e do livreiro Francisco Xavier de Carvalho, em 1820 e 1822. A narrativa *Bela e a Fera*, impressa em 1806 com a classificação de “conto” e, em 1817, como “novella”, também teve sua edição paga por diferentes solicitantes, Manuel Dias dos Santos e João Nunes Esteves, respectivamente. O primeiro foi apontado como devedor da publicação de *O crime mais horroroso*, em 1817, mas o mesmo título já havia saído à luz com os recursos de Roberto Jozé, em 1815. A *História da Magalona*, por sua vez, despertou interesse de impressão nos livreiros João Henriques, em 1814, e João Nunes Esteves, em 1816. E *Sofia, ou o consorcio violentado*, contou com o financiamento de João Nunes Esteves, em 1815 e de seu provável autor, Elias Antonio da Fonseca, em 1818.

Solicitadas pelos mesmos livreiros ou por iniciativa de diferentes responsáveis, essas reimpressões de narrativas escritas em poucas páginas apontam para uma dinamicidade do mercado livreiro lisboeta, ainda que considerando apenas os títulos publicados pela casa impressora oficial. Em curtos intervalos, reimprimiam-se pequenos romances que possivelmente já estivessem com suas edições esgotadas. Feitos, como vimos, em “2 folhas” e vendidos a preços módicos, *Celestina*, por exemplo, foi anunciada na *Gazeta de Lisboa* por 120 réis (01/09/1817), essas histórias curtas de leitura rápida e fácil, contemplavam aspectos que agradavam o público leitor, o que fez com que alcançassem certo sucesso editorial.

Os livros de contabilidade, então, apontam para um funcionamento intenso da Impressão Régia de Lisboa, cujo recorte estudado abordou somente os relativos à prosa de ficção. Tal funcionamento pode ser considerado parecido com o de uma outra tipografia qualquer, como tantas que na época havia em Lisboa, imprimindo a partir das encomendas, mediante pagamento adiantado, com o propósito único de gerar lucros

para a casa.

Comparando-se sua produção com o total de impressões das demais 20 oficinas tipográficas que, de acordo com Gonçalves A. Rodrigues, no mesmo período disponibilizaram seus prelos para imprimir prosa de ficção, é possível ter uma idéia do papel da casa impressora oficial no cenário de produção e circulação de romances. O pesquisador levantou os livros que entre os séculos XV e XX foram traduzidos e impressos em Portugal, caso em que se enquadra a maioria dos títulos aqui citados.

De acordo com as investigações de Rodrigues, as outras tipografias imprimiram, entre os anos de 1800 e 1822, um somatório de 514 títulos do gênero, enquanto que a Impressão Régia de Lisboa, publicou aproximadamente 16% dessa soma. Nota-se, dessa forma, que quase um sexto dos títulos em prosa de ficção que circulavam nas primeiras décadas do século XIX, em Portugal e também no Brasil, já que podiam ser importados da metrópole (Cf. Abreu, 2003), tinha origem na imprensa oficial lisboeta. Há que se lembrar, ainda, que foram muitos outros os pedidos de impressões de livros de diversos gêneros para o período estudado, de particulares ou de funcionários da própria casa, pedidos esses que ocupam quase 7 livros com 300 páginas cada, em média. O resultado aponta para uma participação de grande representatividade da Impressão Régia de Lisboa nos mercados editoriais e livreiros luso-brasileiros da época, mesmo considerando-se que se tratava de uma tipografia oficial, que, supostamente, não teria necessidade de colocar seus serviços voltados para a publicação de obras a partir de requerimentos de pessoas não ligadas ao governo.

Referências Bibliográficas:

- ABREU, M. (2003) *Os caminhos dos livros*. Campinas. SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp.
- ARAÚJO, Norberto & MENDES, Artur Pereira. "Aspectos da Tipografia em Portugal". Conferência realizada na Imprensa Nacional de Lisboa, em 6 de abril de 1913. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1914.
- CANAVARRO, P. (org) (1975). *Imprensa Nacional. Actividade de uma casa impressora*. Vol. I 1768-1800. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Gazeta de Lisboa* (1808-1821). Microfilme. Biblioteca Nacional de Lisboa.
- LEME, M. O. R. P. (1999) "Um breve itinerário Editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia". I. GUEDES, F. M. (org.) *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário. Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Portugal. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério do Reino. *Registo de Cartas Régias e Alvarás para a Junta Economica, Administrativa e Literaria da Impressão Régia*. Livro 325. Alvará de 24 de Dezembro de 1768.
- Portugal - Imprensa nacional Casa da Moeda. *Registo de obras impressas*. Fundo: 0028 IN, Seção: 2.2.13.1 478, Série: Contabilidade.
- RIBEIRO, J. V. (1912) *Imprensa Nacional de Lisboa: subsídios para sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RODRIGUES, A. G. (1992) *A tradução em Portugal: tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa, excluindo o Brasil, de 1495 a 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da moeda.
- SILVA, I. F. da. (1859) *Diccionario Bibliográfico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e Brasil*. Lisboa.